

Bruxelas, 4 de dezembro de 2025
(OR. en)

16330/25

COMPET 1294	POLCOM 369
IND 577	FDI 59
MI 1010	ENV 1333
RELEX 1625	ENER 649
WTO 123	DUAL USE 59
COMER 183	TELECOM 458
CYBER 365	MAP 155
RECH 544	RC 56
PROCIV 177	

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	3 de dezembro de 2025
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	COM(2025) 945 final
Assunto:	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Plano de Ação RESourceEU Acelerar a nossa estratégia para as matérias-primas críticas a fim de nos adaptarmos a uma nova realidade

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2025) 945 final.

Anexo: COM(2025) 945 final



Bruxelas, 3.12.2025
COM(2025) 945 final

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO
CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ
DAS REGIÕES**

Plano de Ação RESourceEU

**Acelerar a nossa estratégia para as matérias-primas críticas a fim de nos adaptarmos a
uma nova realidade**

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES

Plano de Ação RESourceEU

Acelerar a nossa estratégia para as matérias-primas críticas a fim de nos adaptarmos a uma nova realidade

INTRODUÇÃO

A história tem demonstrado que, com ambição suficiente e os instrumentos adequados, a UE é capaz de reduzir mesmo as dependências profundamente enraizadas. Comprovou esta capacidade o plano *REPowerEU* ⁽¹⁾, que reconfigurou o nosso panorama energético, incluindo a eliminação progressiva das importações de gás russo. A Comissão adota hoje o Plano de Ação RESourceEU, aplicando uma lógica semelhante de redução dos riscos e diversificação às matérias-primas críticas. O plano RESourceEU mobiliza um vasto leque de instrumentos políticos, bem como intervenientes públicos e privados, para que, em conjunto, a UE acelere a execução da sua estratégia para as matérias-primas críticas, reduza as suas dependências críticas e reforce a sua segurança económica.

Já em 2024, a UE apresentou medidas ambiciosas no Regulamento Matérias-Primas Críticas (RMPC) ⁽²⁾. Este ato legislativo estabelece objetivos claros para a segurança do aprovisionamento da UE: até 2030, a UE deve ter capacidade para extrair 10 %, transformar 40 % e reciclar 25 % das matérias-primas estratégicas que consome ⁽³⁾. Paralelamente, a UE deve diversificar o seu aprovisionamento para que não dependa de um único país em mais de 65 % da sua procura. Embora a direção seja clara, é essencial acelerar os nossos progressos nesse sentido.

As MPC são essenciais para a competitividade e para as transições digital e para energias limpas da UE, bem como para as suas necessidades aeroespaciais e em matéria de defesa e para a sua segurança alimentar. No entanto, para a maioria das MPC (incluindo as 26 que são relevantes para a transição energética), a UE está excessivamente dependente das importações de países terceiros. A China estabeleceu uma posição dominante em termos de capacidade de produção mundial em todas as fases da cadeia de valor, desde a extração até à produção de metais ou de ímanes ⁽⁴⁾. Esta posição de força cria dependências para a

⁽¹⁾ https://energy.ec.europa.eu/topics/markets-and-consumers/actions-and-measures-energy-prices/repowereu-3-years_en?prefLang=pt.

⁽²⁾ Regulamento (UE) 2024/1252 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de abril de 2024, que estabelece um regime para garantir um aprovisionamento seguro e sustentável de matérias-primas críticas e que altera os Regulamentos (UE) n.º 168/2013, (UE) 2018/858, (UE) 2018/1724 e (UE) 2019/1020.

⁽³⁾ As matérias-primas estratégicas (MPE) constituem um subconjunto das matérias-primas críticas, definidas no RMPC e utilizadas em tecnologias estratégicas para a transição digital e ecológica, bem como para as indústrias aeroespacial e da defesa. As MPC e as MPE encontram-se enumeradas nos anexos 1 e 2 do RMPC.

⁽⁴⁾ Carrara, S., Baldassarre, B., Jakimów, M., Kuzov, T., Mc Govern, L. et al., *Deep dive on critical raw materials for wind turbines in the EU*, Black, C. (editor), Serviço das Publicações da União Europeia, Luxemburgo, 2025, <https://data.europa.eu/doi/10.2760/5665594>, JRC141759.

UE e para outros parceiros, que são cada vez mais instrumentalizadas para fins geopolíticos e têm capacidade para afetar significativamente a indústria transformadora da UE. Uma crise no aprovisionamento de MPC constitui uma ameaça muito real e presente para a UE.

O aumento da procura de MPC está a impulsionar uma corrida geopolítica ao acesso aos recursos. A China utiliza uma abordagem ao nível de toda a cadeia de aprovisionamento, tirando partido do seu poder de mercado no domínio das MPC para expandir firmemente a sua posição dominante nas principais cadeias de valor a jusante (baterias, veículos elétricos ou turbinas eólicas). Recorre, para tal, a uma combinação de políticas e práticas contrárias à economia de mercado, incluindo subsídios em toda a cadeia de valor, que ajudam a aumentar a produção interna, criam sobrecapacidade, utilizam práticas predatórias de aprovisionamento e fixação de preços, forçam transferências de tecnologia e investem para controlar as cadeias de valor em países terceiros.

Além disso, nos últimos três anos, a China adotou uma série de medidas de controlo das exportações, que abrangem MPC como a grafite, o gálio, o tungsténio, o bismuto, o germânio e as terras raras, mas também produtos finais como baterias ou equipamentos relacionados com a transformação de elementos de terras raras. As restrições de 9 de outubro de 2025 incluíram controlos extraterritoriais de qualquer produto industrial ou de defesa que contivesse determinadas MPC. A sua suspensão durante um ano oferece apenas um alívio temporário e parcial. Os intervenientes industriais da UE continuam a ser afetados por outras medidas ainda em vigor, que causam bloqueios administrativos e atrasos no transporte. Os produtores europeus de automóveis e máquinas, bem como os fabricantes de dispositivos médicos, entraram numa corrida para garantir o seu aprovisionamento de ímanes permanentes de terras raras. Com poucas alternativas no mercado, são muitas vezes deixados numa situação de espera, sem visibilidade quanto ao calendário de aprovação das licenças, e são obrigados a fornecer informações comerciais sensíveis.

Esta situação pode conduzir a paragens da produção e acabar por provocar o encerramento de instalações e despedimentos, comprometendo simultaneamente a segurança económica, a competitividade a longo prazo e os objetivos de transição da UE. As dependências críticas de determinadas MPC também podem prejudicar a capacidade da UE para cumprir os seus objetivos de prontidão em matéria de defesa até 2030 e para apoiar militarmente a Ucrânia, representando assim um risco direto para a segurança e comprometendo os objetivos da Comunicação relativa à segurança económica europeia ⁽⁵⁾. Assegurar a resiliência destas cadeias de aprovisionamento estratégicas, protegê-las de interferências externas e prevenir dependências arriscadas são também alguns dos principais objetivos de segurança económica. Outros intervenientes a nível mundial têm vindo a tomar medidas para fazer face às suas dependências, nomeadamente os Estados Unidos, que estão a envolver-se em projetos de MPC relativos a acordos de compra e a assinar parcerias com países parceiros.

Através de uma abordagem coerente da Equipa Europa, são agora necessárias medidas mais robustas e mais céleres na UE, uma vez que as forças de mercado não podem, por si só, assegurar a diversificação necessária. Devido a condições de concorrência desiguais, é muitas vezes mais oneroso produzir na UE do que noutras regiões, como no caso dos ímanes permanentes, em que os custos podem ser três vezes mais elevados. Esta situação deve-se a uma série de razões, que vão desde os preços da energia até quadros regulamentares mais rigorosos. Além disso, a manipulação pura e simples do mercado por

⁽⁵⁾ JOIN/2025/977 final.

parte dos operadores históricos cria instabilidade de preços e enfraquece a viabilidade comercial dos projetos europeus de MPC. Esta situação desencoraja as indústrias europeias a jusante de se vincularem a acordos de aquisição de longo prazo com fornecedores da UE. A UE deve dar resposta às dificuldades enfrentadas pelos novos operadores em operar num mercado altamente concentrado, especialmente quando outros intervenientes adotam práticas e comportamentos contrários à economia de mercado motivados por interesses geopolíticos ou outros interesses não económicos.

Por conseguinte, a Comissão adota o **Plano de Ação RESourceEU** para acelerar a consecução dos objetivos do RMPC, preservar e expandir a produção da UE de MPC primárias e secundárias, reforçar a resiliência da UE contra perturbações do aprovisionamento e traçar um caminho no sentido de uma diversificação mais rápida das cadeias de aprovisionamento de MPC. Como tal, o Plano de Ação RESourceEU complementa outras medidas destinadas a promover os objetivos de segurança económica da União, no âmbito de uma abordagem estratégica apresentada na Comunicação relativa à segurança económica, e contribui para os objetivos estabelecidos na Comunicação relativa ao Pacto da Indústria Limpa ⁽⁶⁾.

Embora o plano de ação possa apoiar todas as matérias-primas críticas, a atenção imediata recai sobre o reforço das cadeias de valor dos ímanes permanentes de terras raras, das matérias-primas para baterias e das matérias-primas relacionadas com a defesa, dada a sua dimensão estratégica para os objetivos da Europa em matéria de competitividade, transição e prontidão da defesa. Para esse efeito, o presente plano de ação estabelece medidas destinadas a acelerar a implantação de projetos de MPC que possam entrar em funcionamento até 2029. Uma vez operacionalizados, esses projetos amadurecidos podem contribuir significativamente para a redução das dependências da UE e impulsionar a restante cadeia de valor, ajudando a estabelecer a base para uma indústria competitiva de MPC na Europa e para a concretização eficaz de todos os projetos estratégicos de MPC atuais e futuros. A circularidade será um viabilizador central deste esforço, impulsionado pelo apoio a projetos de reciclagem e por incentivos regulamentares à valorização de matérias-primas.

1. GARANTIR O APROVISIONAMENTO COM O CENTRO EUROPEU DE MATÉRIAS-PRIMAS CRÍTICAS

As dificuldades no domínio das matérias-primas críticas exigem uma supervisão estratégica e uma resposta estrutural europeia de longo prazo para cumprir os objetivos do RMPC e do plano RESourceEU.

Com base na experiência da Organização Japonesa para os Metais e a Segurança Energética (JOGMEC), a Comissão criará, em 2026, um Centro Europeu de Matérias-Primas Críticas («Centro») com o mandato de ajudar a garantir o acesso da indústria europeia às MPC. O Centro desenvolverá uma perscrutação sistémica da cadeia de valor das MPC e dos mercados primário e secundário, a fim de fundamentar as ações europeias e nacionais em matéria de investimento, constituição de reservas e aquisição conjunta.

Através desta perscrutação, o Centro desempenhará um papel central na orientação das ações e do financiamento, tanto a nível da UE como a nível nacional, ao longo da

⁽⁶⁾ COM/2025/85 final.

cadeia de aprovisionamento de MPC da UE e, em especial, nos projetos estratégicos, com base em instrumentos financeiros adaptados às necessidades dos projetos, desde empréstimos e garantias até capital próprio, em cooperação com instituições financeiras públicas e privadas e fundos dos Estados-Membros para as MPC. Agindo como gestor de carteiras, o Centro abrangerá atividades nacionais e globais para construir uma cadeia de valor diversificada, sustentável e segura de MPC primárias e secundárias. O Centro acompanhará igualmente os projetos ao longo do seu ciclo de desenvolvimento e das suas operações, a fim de assegurar que estes se intensifiquem rapidamente e continuem a operar na UE e em países parceiros de confiança.

O Centro funcionará como um escudo para apoiar a competitividade a longo prazo da UE e a resiliência do mercado único, facilitando a constituição de reservas estratégicas de MPC primárias e secundárias, em coordenação com os intervenientes industriais e os Estados-Membros da UE. Para assegurar a viabilidade dos projetos e desenvolver as reservas, será atribuído ao Centro o mandato necessário para realizar operações de aquisição conjunta e estabelecer a correspondência entre a oferta e a procura. O Centro dará igualmente prioridade à aquisição de matérias-primas críticas relevantes para os setores estratégicos da União, como a indústria aeroespacial e a defesa, assegurando simultaneamente a coerência e a complementaridade com os esforços de constituição de reservas dos Estados-Membros e da própria indústria.

O Centro iniciará as suas atividades em 2026, com base nos mecanismos do RMPC e do plano RESourceEU. A Comissão proporá igualmente instrumentos legislativos até ao segundo trimestre de 2026, a fim de o dotar dos instrumentos necessários para realizar todas as suas atividades previstas numa segunda fase.

2. PROMOVER E ACELERAR PROJETOS PRIORITÁRIOS

A identificação e o apoio a projetos relevantes é uma condição essencial para a emergência de uma cadeia europeia de aprovisionamento de MPC e para assegurar a diversificação das fontes de aprovisionamento da UE. A Comissão já aprovou 60 projetos estratégicos ao abrigo do RMPC, incluindo 13 em países terceiros ⁽⁷⁾. Entre esses projetos estratégicos e outros projetos de MPC, alguns têm capacidade para ser implantados a muito curto prazo com vista a ajudar a UE a reduzir a sua dependência de um único país de origem entre 30 % e 50 % até 2029, o mais tardar, no caso das cadeias de valor das baterias, das terras raras ou das matérias-primas relacionadas com a defesa ⁽⁸⁾. A fim de alcançar a capacidade de produção necessária, esses projetos devem mobilizar cerca de 2,15 mil milhões de EUR para satisfazer as suas necessidades financeiras estimadas em termos de despesas operacionais e de capital. Este objetivo não pode ser alcançado sem uma intervenção pública para reduzir os riscos dos projetos e mobilizar os substanciais investimentos privados necessários.

Por conseguinte, é necessário mobilizar instrumentos de redução dos riscos e desbloquear os estrangulamentos regulamentares, a fim de acelerar o início da produção desses importantes projetos. Caso contrário, os projetos permanecerão condicionados pela relutância dos investidores em participar em operações complexas e de longo prazo e pelos interesses limitados da indústria a jusante em acordos de compra.

⁽⁷⁾ https://single-market-economy.ec.europa.eu/sectors/raw-materials/areas-specific-interest/critical-raw-materials/strategic-projects-under-crma/selected-projects_en?prefLang=pt.

⁽⁸⁾ Estimativas baseadas nas capacidades de produção previstas anunciadas.

2.1. Criar uma plataforma de financiamento das MPC para acelerar os projetos de MPC na UE e nos países parceiros

A Comissão, os Estados-Membros e as instituições financeiras públicas e privadas já estão empenhados em apoiar os projetos estratégicos selecionados no início deste ano ao abrigo do RMPC. A promoção do desenvolvimento de uma cadeia de valor europeia de MPC exige igualmente capital privado suficiente proveniente da UE. Nesta perspetiva, a União da Poupança e dos Investimentos desempenhará um papel fundamental para facilitar o acesso das empresas da UE ao financiamento privado em cada fase do seu ciclo de vida.

Existem vários programas de financiamento da UE que prestam apoio à cadeia de valor das MPC. O convite à apresentação de propostas de 2024 do **Fundo de Inovação** atribuiu 376 milhões de EUR a cinco projetos de MPC, dos quais se destaca o projeto estratégico Polvolt, na Polónia, para a criação de uma instalação de reciclagem de matérias-primas para baterias com baixo nível de emissões. Além disso, vários projetos do Fundo de Inovação receberam o Selo STEP para facilitar o financiamento a nível nacional. O **Fundo para uma Transição Justa** disponibilizou 18,7 milhões de EUR de financiamento para o projeto de produção de ímanes de terras raras da Neo Performance na Estónia.

No âmbito da sua nova iniciativa estratégica no domínio das MPC, o **Banco Europeu de Investimento** (BEI) comprometeu-se a disponibilizar até 2 mil milhões de EUR de financiamento por ano para projetos relacionados com as MPC, através de empréstimos, dívida de arranque-investimento e fundos privados⁽⁹⁾. Até à data, o BEI já concedeu financiamento aos projetos estratégicos UpCatalyst (transformação de grafite) e Keliber (extração e transformação de lítio) através de acordos de empréstimo, também apoiados pelo InvestEU. O BEI criou um serviço consultivo de apoio específico no domínio das MPC para ajudar os projetos de MPC a tornarem-se mais suscetíveis de obter financiamento, prestando assistência técnica e orientação sobre a estruturação dos projetos para atrair investimento.

O **Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento** (BERD), com o apoio da Comissão, lançou um mecanismo destinado a mobilizar 100 milhões de EUR para investir capital próprio em projetos de exploração de MPC⁽¹⁰⁾. O BERD investiu igualmente cerca de 6 milhões de EUR em capitais próprios no projeto estratégico EuroManganese, na República Checa, e 3,6 milhões de EUR no projeto estratégico Sarytogan Graphite, no Cazaquistão⁽¹¹⁾⁽¹²⁾. **A redução dos riscos do financiamento a nível da UE é essencial para apoiar o desenvolvimento de uma cadeia de valor de MPC da UE, mas são necessários esforços adicionais com uma abordagem prática e orientada para os resultados e para os projetos.** Como ponto de partida, a Comissão coordenará as fontes de financiamento, atualmente fragmentadas, das MPC, bem como os diferentes intervenientes envolvidos. Desde o financiamento da investigação, passando pelo reforço dos financiamentos, até à gestão das subvenções, a Comissão reforçará a coerência entre todas estas ações. A Comissão trabalhará igualmente para evitar desfasamentos entre os instrumentos de ação interna e externa, a fim de promover todos os projetos relevantes para

⁽⁹⁾ <https://www.eib.org/en/press/all/2025-156-eib-steps-up-financing-for-european-security-and-defence-and-critical-raw-materials>.

⁽¹⁰⁾ [EBRD and EU to mobilise up to €100 million for critical raw materials investments](#) (O BERD e a UE mobilizarão até 100 milhões de EUR para investimentos em matérias-primas críticas).

⁽¹¹⁾ [Euro Manganese equity | We invest in changing lives](#) (Investimento em capitais próprios na Euro Manganese | Investir para vidas melhores).

⁽¹²⁾ [AsxDownload.aspx](#).

a UE e assegurar uma abordagem da cadeia de valor para os projetos de MPC, tendo em conta o contributo das PME.

A Comissão criará uma plataforma de financiamento das MPC para coordenar estrategicamente o apoio financeiro, prestar assistência técnica aos promotores de projetos e às administrações nacionais e acelerar o desenvolvimento de projetos. A plataforma de financiamento reunirá diferentes pilares para prestar apoio a projetos relevantes ao longo da cadeia de valor, com especial destaque para a reciclagem, e diferentes níveis de maturidade tecnológica (desde a inovação até à implantação no mercado):

- o **InvestEU** proporciona uma capacidade crítica de redução dos riscos para os projetos de MPC ao longo da cadeia de valor. A Comissão espera mobilizar cerca de 2 mil milhões de EUR em investimentos adicionais relacionados com matérias-primas críticas no período de 2026-2027, nomeadamente graças ao reforço do pacote *omnibus* InvestEU,
- além disso, o **Fundo de Inovação** apoiará projetos inovadores ao longo da cadeia de valor das MPC: o convite à apresentação de propostas de 2025 consagrará mil milhões de EUR à produção de tecnologias limpas, com uma forte ênfase no reforço das cadeias de valor das MPC para aplicações de tecnologias limpas na UE, como os ímanes permanentes e as baterias de terras raras,
- o pacote **Estímulo às Baterias**, com uma dotação de 1,8 mil milhões de EUR, destinar-se-á igualmente ao financiamento de projetos de MPC cruciais para a cadeia de valor das baterias, nomeadamente lítio, cobalto, níquel, manganês e grafite, num montante máximo de 300 milhões de EUR,
- dada a sua importância para a indústria da defesa, a Comissão colaborará com os Estados-Membros para integrar as matérias-primas críticas como domínio prioritário no contexto do regime de segurança do aprovisionamento e das prioridades de financiamento para o próximo **Programa da Indústria de Defesa Europeia** ⁽¹³⁾.

Em 2026, a Comissão lançará uma nova abordagem ao financiamento de projetos, que colocará a tónica no aumento da viabilidade a longo prazo dos projetos de MPC, através do incentivo e da garantia da sua aquisição na UE. Esta abordagem privilegiará o aumento da procura na UE de cadeias de aprovisionamento diversificadas e resilientes de MPC.

Em 2026, serão disponibilizados pelo menos 700 milhões de EUR do **Fundo de Inovação** no convite à apresentação de propostas dedicado ao fabrico de tecnologias limpas e às cadeias de aprovisionamento de MPC. Serão elegíveis, no âmbito deste convite, tanto projetos de tecnologias limpas como projetos de MPC e a Comissão promoverá uma abordagem integrada, dando prioridade aos projetos de fabrico de tecnologias limpas em que as matérias-primas críticas sejam obtidas através de acordos de compra nacionais ou de outras fontes diversificadas de parceiros fiáveis. Se o promotor do projeto demonstrar que tal não é viável, terá de apresentar um plano de diversificação rápida do aprovisionamento de MPC. Os Estados-Membros serão convidados a contribuir para o

⁽¹³⁾ https://defence-industry-space.ec.europa.eu/eu-defence-industry/edip-dedicated-programme-defence_en?prefLang=pt.

financiamento deste convite sob a forma de uma subvenção como serviço, compatível com os auxílios estatais.

Além disso, a Comissão colaborará com os Estados-Membros e as instituições financeiras interessadas para conceber instrumentos financeiros de redução dos riscos, como os contratos para diferenciais, a fim de incentivar ainda mais esses acordos de compra.

Em conformidade com a Comunicação relativa à segurança económica da UE, será essencial assegurar que os projetos apoiados continuem a garantir a segurança do aprovisionamento. A Comissão trabalhará com o BEI e o BERD no sentido de estabelecer condições rigorosas para garantir que os projetos de MPC apoiados por fundos da UE produzam resultados nos mercados a que se destinam.

O Centro de Matérias-Primas Críticas desempenhará um papel central no acompanhamento e apoio ao desenvolvimento e execução de projetos e **coordenará as atividades da plataforma de financiamento das MPC.**

De modo geral, no âmbito de uma abordagem Equipa Europa, a UE deverá mobilizar 3 mil milhões de EUR de fundos da UE nos próximos 12 meses em apoio direto à cadeia de valor das MPC.

2.2. Potenciar a capacidade dos Estados-Membros e das regiões

A escala do desafio exige uma abordagem abrangente, maximizando as sinergias entre o apoio a nível da UE e os financiamentos das administrações nacionais e locais. A França, a Alemanha, a Itália e os Países Baixos lançaram **fundos nacionais para as MPC**, tendo outros países empreendido ações semelhantes. Os Estados-Membros são incentivados a mobilizar os seus fundos nacionais para as MPC, a fim de assegurar a rápida implantação de projetos que contribuam para a resiliência da cadeia de valor da UE. Para o efeito, os Estados-Membros são incentivados a fazer pleno uso das possibilidades de concessão de auxílios a projetos elegíveis, nomeadamente com base em regimes de auxílios estatais aprovados ao abrigo do Enquadramento para os Auxílios Estatais no âmbito do Pacto da Indústria Limpa. No contexto da revisão intercalar dos programas da política de coesão, a Comissão incentiva os Estados-Membros e as regiões a canalizar até mil milhões de EUR de financiamento para apoiar projetos estratégicos selecionados ao abrigo do Regulamento Matérias-Primas Críticas. Estão já a ser reafetados fundos a investimentos que contribuem para os objetivos da **Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP)**, que engloba cadeias de valor de MPC ⁽¹⁴⁾.

Paralelamente, os Estados-Membros são incentivados a utilizar a assistência financeira para a constituição de reservas de matérias-primas, a fim de melhorar a disponibilidade de produtos de defesa ao abrigo do Regulamento **Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE)** ⁽¹⁵⁾. Os Estados-Membros que também sejam aliados da OTAN podem basear-se na Declaração da Cimeira de Haia para canalizar financiamento para projetos de MPC relevantes para a defesa, no âmbito do seu compromisso de 1,5 % do PIB para reforçar a sua segurança ⁽¹⁶⁾.

⁽¹⁴⁾ https://strategic-technologies.europa.eu/index_en?prefLang=pt.

⁽¹⁵⁾ Regulamento (UE) 2025/1106 do Conselho, de 27 de maio de 2025, que cria o Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE) através do Reforço da Indústria Europeia de Defesa.

⁽¹⁶⁾ [Declaração da Cimeira de Haia | Texto oficial da OTAN](#).

É essencial que a cooperação e a coordenação entre a UE e os Estados-Membros prossigam, a fim de maximizar os impactos da intervenção pública. É por esta razão que a Comissão continuará a trabalhar com os Estados-Membros e as instituições financeiras para coordenar a implantação de instrumentos de financiamento das MPC no âmbito do **Conselho Europeu de Matérias-Primas Críticas**.

2.3. Operacionalizar parcerias internacionais para projetos concretos

As parcerias internacionais no domínio das matérias-primas estão a produzir resultados concretos para a UE e os seus parceiros. A nível bilateral, os projetos, os investimentos e os programas de cooperação são realizados sob a égide das parcerias. Entre os seus 15 parceiros, a Comissão identificou uma reserva de 60 projetos com relevância direta para a UE ⁽¹⁷⁾. Nos últimos anos, as importações de MPC provenientes do Canadá, do Cazaquistão, da Gronelândia, do Chile e da Namíbia têm vindo a aumentar tanto em termos de volume como de valor ⁽¹⁸⁾.

No entanto, a evolução das circunstâncias mundiais exige parcerias estratégicas e iniciativas multilaterais mais operacionais. Com base numa abordagem orientada para projetos, a Comissão disponibilizará um conjunto de ferramentas para apoiar projetos relevantes em diferentes fases do seu desenvolvimento e assegurar que criem um elevado valor acrescentado local e outros benefícios socioeconómicos. Em primeiro lugar, no âmbito do Horizonte Europa 2021-2027, a Comissão lançará uma parceria europeia cofinanciada, composta por Estados-Membros e países terceiros, a fim de cofinanciar projetos de investigação e inovação ao longo da cadeia de valor das MPC, com um orçamento total previsto de 300 milhões de EUR ⁽¹⁹⁾. Em segundo lugar, os instrumentos financeiros da Estratégia Global Gateway apoiarão projetos estratégicos e outros projetos relevantes fora da UE, assegurando que os fornecimentos sejam direcionados para as aquisições da UE, como o projeto de molibdénio da Greenland Resources em Malmbjerg. Os instrumentos de Garantia FEDS+ serão utilizados para atrair capital público e privado em contextos de MPC complexos e de alto risco. Em terceiro lugar, o mecanismo do grupo de trabalho do BEI para as MPC e o mecanismo MPC da Comissão prestarão assistência técnica, apoiando projetos promissores para alcançar a bancabilidade. Os projetos mais amadurecidos poderão então ser apoiados com uma garantia ou por instrumentos mistos do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável Mais.

Além disso, a UE deve mobilizar todos os seus instrumentos diplomáticos e económicos para facilitar a rápida celebração de contratos entre empresas europeias e de países terceiros ao longo da cadeia de valor das matérias-primas.

⁽¹⁷⁾ África do Sul, Argentina, Austrália, Canadá, Cazaquistão, Chile, Gronelândia, Namíbia, Noruega, República Democrática do Congo, Ruanda, Sérvia, Ucrânia, Usbequistão e Zâmbia.

⁽¹⁸⁾ Por exemplo, as importações de MPC provenientes do Cazaquistão aumentaram tanto em volume (de 32 153,3 toneladas para 673 982,9 toneladas) como em valor (de 188 milhões de EUR para 662 milhões de EUR) durante o período de 2000-2024. No caso do Canadá, em especial, as importações totais de determinadas MPC na UE aumentaram entre o período anterior ao CETA (2012-2016) e o período posterior ao CETA (2017-2023). As importações de lítio na UE aumentaram 11 %, as de grafite 33 %, as de manganês 28 % e as de elementos de terras raras 24 %.

⁽¹⁹⁾ https://cordis.europa.eu/programme/id/HORIZON_HORIZON-CL4-INDUSTRY-2025-01-MATERIALS-64.

2.4. Acelerar a execução dos projetos

A Comissão está a trabalhar no sentido de ajudar a assegurar a viabilidade a longo prazo dos projetos relevantes da UE, racionalizando e simplificando o procedimento de licenciamento.

O RMPC dá uma primeira resposta às incertezas em matéria de **licenciamento**, exigindo que os Estados-Membros apliquem um calendário de licenciamento rigoroso para os projetos estratégicos (27 meses para os projetos de extração e 15 meses para os projetos de transformação e reciclagem) e criem um ou mais pontos de contacto únicos para coordenar o procedimento de licenciamento dos projetos. No entanto, os Estados-Membros que ainda não tenham estabelecido **um ou mais pontos de contacto únicos** devem criá-los imediatamente, devendo todos os Estados-Membros dotar a sua administração dos recursos necessários para cumprir os prazos de licenciamento de projetos estratégicos previstos no RMPC. A falta de um ponto de contacto único designado, especialmente para projetos classificados como estratégicos, como o projeto Rovina de extração de cobre na Roménia, impede a aceleração dos procedimentos de licenciamento.

A Comissão está a rever e a adaptar o seu quadro jurídico para eliminar eventuais estrangulamentos regulamentares, de modo a desbloquear o potencial de produção interna e reciclagem.

Como primeiro passo, a Comissão apresentará uma proposta sobre a aceleração do licenciamento ambiental, que incluirá disposições destinadas a acelerar o licenciamento de projetos de MPC.

Além disso, a fim de aumentar as sinergias e a complementaridade entre a Estratégia de Resiliência Hídrica e o Regulamento Matérias-Primas Críticas, **a Comissão publicará, no primeiro trimestre de 2026, um documento de orientação** com vista a permitir **uma aplicação mais simples e harmonizada nos Estados-Membros da legislação da UE em matéria de licenciamento ambiental, incluindo aspetos relacionados com o setor mineiro**. O documento de orientação clarificará elementos como a conformidade das normas de qualidade ambiental a nível da massa de água no seu conjunto e promoverá uma conformidade mais fácil e mais rápida. Confirmará igualmente que a legislação permite ter em conta as concentrações de fundo «naturais» ao avaliar o estado químico das águas de superfície.

Para além das orientações, **até ao segundo trimestre de 2026, a Comissão procederá à reapreciação e revisão da Diretiva-Quadro da Água** com base nos contributos e experiências das partes interessadas nos Estados-Membros, prestando especial atenção à simplificação e à necessidade de resolver potenciais estrangulamentos, a fim de promover a circularidade e o acesso a matérias-primas críticas na UE, protegendo simultaneamente o ambiente e a saúde humana.

A Comissão terá igualmente em conta as realidades operacionais específicas dos setores de extração, reciclagem e transformação na anunciada revisão do Regulamento relativo ao Registo, Avaliação, Autorização e Restrição dos Produtos Químicos (REACH) e na atual aplicação e eventuais futuras revisões da Diretiva Agentes Cancerígenos, Mutagénicos e

Substâncias Tóxicas para a Reprodução (DACMTR), respeitando plenamente o mais elevado nível de proteção dos trabalhadores, da saúde e do ambiente ⁽²⁰⁾ ⁽²¹⁾.

Para além do licenciamento, as atividades no domínio das MPC exigem condições de apoio facilitadoras. A Comissão lançou um projeto para apoiar uma **cooperação industrial benéfica ao longo da cadeia de valor das MPC**, incluindo a cooperação entre PME, em conformidade com o direito da concorrência. A Comissão está igualmente disposta a fornecer orientações às empresas envolvidas em projetos de cooperação industrial que reforcem a eficiência.

Por último, a UE está também a tomar medidas a fim de dar resposta às necessidades de capital humano das atividades no domínio das MPC, através da criação de uma parceria de competências em grande escala sobre matérias-primas críticas e uma Academia das Matérias-Primas para promover competências pertinentes da mão de obra nas cadeias de aprovisionamento de matérias-primas críticas ⁽²²⁾ ⁽²³⁾.

Ações para promover e acelerar projetos prioritários
A Comissão criará uma plataforma de financiamento de MPC em vários pilares para reduzir os riscos dos projetos de MPC através de um conjunto de instrumentos da UE, incluindo o InvestEU, o Fundo de Inovação da UE, o pacote Estímulo às Baterias ou o Programa da Indústria de Defesa Europeia. O seu objetivo consiste em mobilizar 3 mil milhões de EUR nos próximos 12 meses.
A Comissão, os Estados-Membros e os países parceiros continuarão a operacionalizar as parcerias estratégicas, acelerando o apoio a projetos em países terceiros através de assistência técnica, garantias e instrumentos mistos apoiados por instrumentos diplomáticos e económicos da UE.
Para dar início à execução do plano RESourceEU , a Comissão e o BEI estão hoje a desbloquear apoio financeiro para dois projetos de MPC que darão uma resposta expedita às necessidades da UE: o projeto de molibdénio da Greenland Resources em Malmbjerg, destinado a alcançar a segurança do aprovisionamento para o setor da defesa; e o projeto estratégico de extração de lítio da Vulcan na Alemanha, destinado a contribuir para o aprovisionamento de matérias-primas para baterias. Ambos os projetos obtiveram 250 milhões de EUR de apoio financeiro do Banco Europeu de Investimento.
A Comissão proporá ajustamentos ao quadro regulamentar da UE em matéria de licenciamento , a fim de melhorar as condições-quadro que contribuam para que os projetos de MPC se tornem operacionais mais rapidamente.
Até ao primeiro trimestre de 2026, a Comissão emitirá orientações sobre a Diretiva-Quadro da Água e, até ao segundo trimestre de 2026, procederá à sua reapreciação e revisão.

⁽²⁰⁾ Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2006, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH).

⁽²¹⁾ Diretiva 2004/37/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, relativa à proteção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos, mutagénicos ou substâncias tóxicas para a reprodução durante o trabalho.

⁽²²⁾ https://pact-for-skills.ec.europa.eu/document/download/9a32c1f7-66e4-4af9-86db-df5a25856db7_en.

⁽²³⁾ <https://eitrawmaterials.eu/rawmaterials-academy>.

3. LIBERTAR O POTENCIAL DE CIRCULARIDADE E INOVAÇÃO

3.1. Manter as MPC na UE e reciclar os recursos já disponíveis

A reciclagem de matérias-primas críticas é fundamental para aumentar as capacidades de produção da UE. No entanto, atualmente, a recolha de produtos em fim de vida na UE é, em média, de 40 %, sendo a percentagem de elementos de terras raras reciclados na UE inferior a 1 % ⁽²⁴⁾. Por outras palavras, existe um fluxo de sucata de ímanes permanentes e de produtos em fim de vida que saem da UE, que permanecem por utilizar ou, pior ainda, que acabam num aterro. Com as matérias-primas e os incentivos adequados, as empresas de reciclagem de terras raras da UE, como a Carester e a Solvay, em França, ou a Inspiree, em Itália, poderão intensificar as suas atividades para contribuir para a produção de 3 800 toneladas de ímanes permanentes de terras raras nos próximos anos, o que corresponde a cerca de 20 % da procura atual.

É por esta razão que, até ao segundo trimestre de 2026, a Comissão proporá restrições à exportação a partir da UE de sucata e resíduos de ímanes permanentes, com base numa avaliação exaustiva, tendo devidamente em conta as suas obrigações internacionais e parcerias com países terceiros. Com efeito, a ameaça de escassez da oferta de elementos de terras raras necessários para o fabrico de ímanes permanentes exige uma ação específica para assegurar o acesso às matérias-primas necessárias, em consonância com as capacidades de produção e expansão da UE. Este trabalho inclui o desenvolvimento de um subcódigo a nível da UE no âmbito da Nomenclatura Combinada e do Catálogo Europeu de Resíduos para identificar e monitorizar os fluxos de ímanes permanentes e de produtos em fim de vida que os contenham. Estas medidas terão de ser acompanhadas por um reforço do controlo do cumprimento pelos Estados-Membros da legislação contra os fluxos ilícitos nas fronteiras externas.

Com o ato de execução do Regulamento Baterias relativo à rotulagem, **a Comissão assegurará que as matérias-primas das baterias possam ser valorizadas e recicladas mais facilmente**. No caso das baterias, a reciclagem também exige o acesso à massa negra, o que continua a constituir um desafio para a indústria europeia. O Centro Comum de Investigação estima que a UE poderia tratar cerca de 50 % a 65 % da massa negra que produz, o que resultaria num número de baterias para veículos elétricos novos de até um milhão por ano. No entanto, esta capacidade continua a ser largamente subutilizada e uma parte substancial da massa negra da Europa continua a ser exportada para a Ásia para valorização final. Para reduzir esse risco, tal como decidido em março de 2025, os resíduos de baterias de íões de lítio e a massa negra serão classificados como resíduos perigosos em setembro de 2026 ⁽²⁵⁾, o que significa que as exportações para países não membros da OCDE serão proibidas após essa data. A Comissão trabalhará no sentido de aplicar eficazmente esta proibição, sem qualquer possibilidade de evasão, e apresentará, se necessário, medidas para restringir ainda mais as exportações de massa negra. Tal significa que os projetos de reciclagem de matérias-primas para baterias, como o Hydromet na Finlândia, poderão aceder a massa negra adicional para realizar as suas operações.

⁽²⁴⁾ MC GOVERN, L., TAPOGLOU, E. e GEORGAKAKI, A., *Material streams from wind energy decommissioning to 2050*, Serviço das Publicações da União Europeia, Luxemburgo, 2025, <https://data.europa.eu/doi/10.2760/0326924>, JRC139814.

⁽²⁵⁾ Decisão Delegada (UE) 2025/934 da Comissão, de 5 de março de 2025, que altera a Decisão 2000/532/CE no respeitante à atualização da lista de resíduos em relação aos resíduos associados às baterias.

Além disso, na primavera de 2026, a Comissão proporá medidas específicas para a sucata de alumínio, a fim de corrigir os desequilíbrios mundiais, manter a competitividade das indústrias do alumínio e concretizar o Plano de Ação para o Aço e os Metais. Esta iniciativa baseia-se nas conclusões da monitorização dos fluxos de sucata que saem da UE, lançada pela Comissão em julho de 2025, e contribuirá para garantir que as fundições e os recicladores europeus mantenham um acesso suficiente a matérias-primas essenciais. Na sequência de outras atividades de monitorização, serão consideradas ações semelhantes para a sucata de cobre, se tal se revelar necessário.

Para fazer face ao fluxo global de resíduos de MPC, a Comissão permitirá transferências eficientes de resíduos de MPC e materiais secundários na UE através da aplicação do Regulamento Transferências de Resíduos, incluindo a transição para procedimentos digitais e a eventual «lista verde» de fluxos de resíduos específicos para reciclagem na UE ⁽¹⁸⁾. Além disso, a Comissão colmatará as lacunas que estão atualmente a conduzir à exportação para países terceiros de sucata de cobre ou alumínio apresentada de forma fraudulenta como produtos ⁽¹⁹⁾.

3.2. Incentivar a reciclagem de matérias-primas críticas

A Comissão está a incentivar a reciclagem de produtos que contenham MPC. O RMPC já introduziu requisitos de rotulagem de ímanes permanentes, a fim de melhorar os processos de reciclagem. Com base nesta medida, a Comissão propõe alterar o RMPC, a fim de **alargar a lista de produtos** que contêm ímanes permanentes para os quais é necessário um **rótulo** que forneça informações relevantes aos recicladores.

São igualmente necessárias medidas adicionais para assegurar que os materiais valorizados reentrem na cadeia de valor e que as matérias-primas secundárias sejam efetivamente utilizadas em novos produtos. O RMPC centra-se nos resíduos pós-consumo, a fim de incentivar o desenvolvimento da recolha em fim de vida e dos mercados secundários na UE. No entanto, não inclui os resíduos pré-consumo no cálculo do teor de material reciclado, embora a respetiva reciclagem seja normalmente mais limpa, mais fácil e mais eficaz em termos de custos. A inclusão dos resíduos pré-consumo gerados durante o fabrico melhoraria a eficiência dos recursos a curto prazo e complementaria a valorização dos resíduos pós-consumo, que continua a ser essencial para alcançar verdadeiros sistemas de circularidade e reciclagem. Por conseguinte, hoje a Comissão propõe alterar o RMPC, a fim de exigir uma declaração do **teor de material reciclado derivado de resíduos pré-consumo e pós-consumo**. Com base nas informações recolhidas, a Comissão deve também definir percentagens mínimas de MPC valorizadas a partir de resíduos domésticos pré-consumo e pós-consumo a utilizar em ímanes permanentes incorporados em produtos. A medida apoia igualmente a capacidade de reciclagem na UE, criando incentivos à produção para projetos como o MagREESource em França.

Para além dos ímanes permanentes de terras raras, são necessários esforços adicionais para aumentar a valorização de MPC a partir de resíduos eletrónicos. A revisão da Diretiva Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE), no âmbito da proposta de ato legislativo sobre economia circular, incluirá medidas para melhorar a recolha de equipamentos elétricos e eletrónicos em fim de vida, tendo em vista o reforço da valorização de MPC. Proporá igualmente a melhoria do tratamento em fim de vida dos equipamentos elétricos e eletrónicos, a fim de preservar os componentes ricos em MPC. A revisão da Diretiva Veículos em Fim de Vida, que aguarda aprovação pelos legisladores, permitirá igualmente a valorização de MPC a partir de automóveis.

Do mesmo modo, são necessários esforços adicionais para reduzir as dependências críticas dos adubos na Europa, algumas das quais se baseiam em matérias-primas críticas, através da reciclagem e do estímulo à produção interna de adubos.

3.3. Estimular a inovação para permitir a substituição e a eficiência

A Comissão está a apoiar a investigação e a inovação (I&I) para melhorar as tecnologias de extração, transformação e reciclagem de MPC, bem como a substituição de MPC por materiais avançados inovadores, fabrico avançado e soluções alternativas. Nos últimos cinco anos, a Comissão já afetou 700 milhões de EUR ao abrigo do Horizonte Europa para apoiar o desenvolvimento de projetos de I&I na cadeia de valor das MPC, 20 dos quais contribuíram para tecnologias destinadas a projetos estratégicos no âmbito do RMPC, como os projetos Barroso, Emili e Keliber no domínio do lítio.

A fim de ampliar este potencial de substituição e eficiência, a Comissão lançará convites específicos à apresentação de propostas no âmbito do Horizonte Europa no valor de 593 milhões de EUR ao abrigo do programa de trabalho para 2026-2027, a fim de apoiar a otimização da utilização dos recursos numa economia circular e em novos processos de produção.

O Conselho Europeu da Inovação (CEI) disponibilizará um apoio financeiro misto adicional de 100 milhões de EUR através de dois desafios do Acelerador do CEI: um desafio de 50 milhões de EUR intitulado «Impulsionar a cadeia de valor europeia das matérias-primas críticas» e outro desafio de 50 milhões de EUR intitulado «Materiais avançados para as energias renováveis e os sistemas de armazenamento de energia».

O **Fundo Europeu de Defesa** será igualmente mobilizado para aumentar a competitividade e a inovação da base tecnológica e industrial europeia de defesa, apoiando a integração de substitutos relevantes das MPC em produtos e tecnologias de defesa.

A Comissão Europeia apoiará os Estados-Membros, através do Fórum Europeu Conjunto para Projetos Importantes de Interesse Europeu Comum (PIIEC), na implantação de PIIEC para promover a inovação e a primeira implantação industrial em matéria de aprovisionamento, transformação e reciclagem de MPC. A Comissão apoiará igualmente, através da plataforma de apoio à conceção de PIIEC, a finalização do projeto de um candidato a PIIEC sobre materiais avançados circulares.

Paralelamente, a Comissão acelerará o desenvolvimento e a implantação de substitutos de MPC com inovação em materiais avançados ao abrigo do **ato legislativo sobre materiais avançados**.

Ações para libertar o potencial de circularidade e inovação na UE
Até ao segundo trimestre de 2026, a Comissão proporá restrições à exportação de sucata de ímanes permanentes de terras raras.
Até ao segundo trimestre de 2026, a Comissão proporá igualmente medidas específicas para a sucata de alumínio. Serão consideradas medidas semelhantes para a sucata de cobre, na sequência de acompanhamento suplementar.
No âmbito do plano RESourceEU, a Comissão propõe a alteração do RMPC, a fim de aumentar a reciclabilidade dos ímanes permanentes de terras raras.

Até ao terceiro trimestre de 2026, a Comissão proporá medidas para aumentar a valorização de MPC no ato legislativo sobre economia circular, inclusive a partir de resíduos eletrônicos.
Até ao segundo trimestre de 2026, a Comissão proporá um plano de ação para assegurar a disponibilidade e a acessibilidade dos preços dos adubos domésticos, incluindo ações para permitir nutrientes reciclados e outras alternativas aos adubos.
No âmbito do programa de trabalho para 2026-2027 do Horizonte Europa, a Comissão lançará convites específicos à apresentação de propostas no valor de 593 milhões de EUR para apoiar os objetivos do plano RESourceEU, com um apoio financeiro misto adicional de 100 milhões de EUR do Conselho Europeu da Inovação.
Até ao quarto trimestre de 2026, a Comissão proporá o ato legislativo sobre materiais avançados.

4. AUMENTAR A SOLICITAÇÃO NA EUROPA DE PROJETOS EUROPEUS E CRIAR UM MERCADO DURADOURO

Atualmente, a volatilidade dos preços e as práticas de mercado não transparentes põem em causa as capacidades de produção existentes e o desenvolvimento futuro de cadeias de valor de MPC mais resilientes, o que contribui para o número limitado de acordos de compra entre a UE e os parceiros dos setores a montante e a jusante.

A intervenção pública é, por conseguinte, necessária para diversificar as fontes de aprovisionamento, mas também para criar mecanismos de mercado e apoiar a implantação dos projetos de MPC ao longo do tempo, superando os custos mais elevados, as flutuações de preços e a incerteza do mercado mundial.

4.1. Permitir a agregação da procura e a aquisição conjunta pela indústria europeia

A Comissão desenvolveu, no âmbito da Plataforma da UE para a Energia e as Matérias-Primas, um [Mecanismo para as Matérias-Primas](#) específico. Este mecanismo funcionará como um instrumento de emparelhamento para ligar compradores e fornecedores de matérias-primas estratégicas, instituições financeiras e prestadores de serviços de constituição de reservas. Proporcionará aos compradores interessados a oportunidade de agregar a procura e adquirir conjuntamente matérias-primas, bem como, no caso de projetos emergentes, garantir acordos de compra em conformidade com as regras anti-*trust* da UE. O mecanismo melhorará igualmente o acesso das PME a matérias-primas estratégicas, reduzindo os seus custos de pesquisa e permitindo-lhes atingir a dimensão crítica que as torne elegíveis para grandes volumes vendidos pelos fornecedores. A plataforma aumentará significativamente a transparência dos mercados de MPC. Além disso, a plataforma pode apoiar futuras atividades de redução dos riscos da plataforma de financiamento das MPC. Quando estiver operacional, o Centro basear-se-á nas atividades do mecanismo para realizar aquisições públicas conjuntas em nome de organismos públicos e privados.

A Comissão lançou o registo na plataforma em 18 de novembro de 2025 e o primeiro ciclo de emparelhamento terá lugar em março de 2026 ⁽²⁶⁾. Este ciclo inicial incidirá sobre as cadeias de valor de terras raras, baterias e matérias-primas de defesa disponíveis imediatamente e a breve trecho, beneficiando em especial os intervenientes em mercados

⁽²⁶⁾ [Plataforma da UE para a Energia e as Matérias-Primas — Mecanismo para as Matérias-Primas.](#)

não líquidos e de pequena dimensão, como é o caso do tungsténio ou do gálio⁽²⁷⁾. O Mecanismo para as Matérias-Primas centrar-se-á nos fornecedores da UE, do Espaço Económico Europeu, dos países e territórios ultramarinos e dos países da parceria estratégica. Os próximos ciclos centrar-se-ão no desenvolvimento de projetos, garantindo um aprovisionamento diversificado de matérias-primas estratégicas para a indústria da UE e ligando os participantes a serviços de armazenamento e constituição de reservas.

Esta função de ligação ao mercado desempenhada pela Plataforma deve ser complementada por mecanismos para incentivar a celebração de contratos com fornecedores diversificados. Esta função será assumida no futuro pelo Centro. Tendo em conta o que precede, a Comissão lançará um processo com as partes interessadas para estudar a conceção, o âmbito de aplicação e o financiamento de um mecanismo eficaz em termos de custos para alavancar um preço mínimo a fim de desbloquear investimentos tanto em instalações de transformação na Europa como na extração de minerais críticos na Europa e nos países parceiros.

4.2. Estimular a diversificação das MPC pela indústria europeia

A agregação da oferta e da procura é um primeiro passo para a criação de um mercado de MPC resiliente e diversificado. No entanto, não reduzirá diretamente o diferencial de preços persistente que afeta os projetos de MPC da UE e contribui para a volatilidade do mercado.

A fim de estimular uma maior diversificação do aprovisionamento de MPC, a Comissão propõe igualmente uma alteração específica do RMPC. Com efeito, é necessário vincular os setores industriais europeus a jusante à diversificação do aprovisionamento, uma vez que já não podem depender plenamente das exportações chinesas para satisfazer as suas necessidades de MPC. Na prática, as grandes empresas terão de **realizar uma avaliação dos riscos das suas cadeias de aprovisionamento** e adotar, se necessário, medidas de atenuação, nomeadamente para diversificá-las a fim de que não se restrinjam a uma única fonte de aprovisionamento. A Comissão deve ter capacidade para incentivar medidas de diversificação eficazes que as grandes empresas devem adotar em caso de vulnerabilidades importantes e, em caso de inação, tornar a diversificação obrigatória, o que deverá também contribuir para estimular a procura de projetos na cadeia de valor da UE e ajudar a garantir o aprovisionamento proveniente de países parceiros de confiança. No atual contexto geopolítico, os benefícios a longo prazo da diversificação superam largamente os custos financeiros a curto prazo. Devem ser devidamente tidos em conta pelas empresas privadas, bem como pelas instituições financeiras.

Além disso, o caso da indústria de defesa da UE exige especial atenção. Os controlos das exportações de MPC, com presunção de proibição de utilização final militar, incluindo os **controlos extraterritoriais de equipamento de defesa que contenha MPC por países terceiros**, representam uma ameaça clara e presente para a segurança e a defesa da UE. As instituições da UE e os Estados-Membros, em coordenação com a OTAN, devem mobilizar todos os instrumentos possíveis à sua disposição para reduzir rapidamente as dependências de MPC das cadeias de valor industriais da defesa, utilizando as **despesas com a defesa**

⁽²⁷⁾ Os mercados líquidos de MPC caracterizam-se por um número suficiente de projetos do lado da oferta, possibilitando a utilização de instrumentos baseados no mercado, como os leilões, para determinar um preço competitivo (por exemplo, no caso do lítio). Os mercados não líquidos incluem apenas um ou muito poucos fornecedores (por exemplo, no caso do gálio ou do germânio).

como mais um catalisador para a adoção de projetos prioritários no domínio das MPC. A Comissão está a explorar incentivos à diversificação do aprovisionamento de matérias-primas críticas no contexto da revisão das diretivas relativas aos contratos públicos ⁽²⁸⁾ e aos **contratos públicos no setor da defesa**, bem como na conceção dos projetos emblemáticos no domínio da Prontidão da Defesa 2030 ⁽²⁹⁾. As autoridades adjudicantes dos Estados-Membros são igualmente incentivadas a permitir que os adjudicatários se abasteçam de matérias-primas de forma segura, dando, por exemplo, prioridade a projetos baseados em critérios não relacionados com o preço, como a diversificação, nomeadamente quando dependem de matérias-primas refinadas ou recicladas na UE.

4.3. Apoiar a constituição de reservas para aumentar a resiliência industrial europeia

A Comissão e os Estados-Membros estão a trabalhar no sentido de coordenar as reservas de matérias-primas críticas, que podem ser um instrumento essencial para limitar os riscos do aprovisionamento. Atualmente, muitas empresas só compram MPC quando necessário, uma vez que enfrentam dificuldades decorrentes do licenciamento limitado da China, da falta de capacidade de armazenamento, da insuficiência de opções de financiamento e da alteração das especificações dos materiais durante longos períodos de armazenamento. Esta situação resulta em condições de compra que não são ideais durante períodos de preços elevados e baixos níveis de constituição de reservas. Não existe um instrumento estrutural na UE para gerir as reservas de MPC e assegurar uma libertação adequada e justa em todos os Estados-Membros em caso de perturbações, ao passo que alguns países terceiros, como o Japão, os Estados Unidos e a Coreia do Sul, desenvolveram importantes esforços estratégicos para garantir a sua própria segurança e estabilidade económica.

Em julho de 2025, foi adotada a Estratégia da UE para a Constituição de Reservas, com o objetivo de melhorar a interoperabilidade e a coordenação dos sistemas de constituição de reservas a nível nacional e da UE ⁽³⁰⁾. Além disso, o próximo Programa da Indústria de Defesa Europeia apoiará atividades relacionadas com a aceleração das adaptações às mudanças estruturais, incluindo as relacionadas com as matérias-primas, a constituição das respetivas reservas e a criação de capacidades reservadas.

A Comissão e vários Estados-Membros estão a colaborar num projeto-piloto sobre a constituição de reservas de matérias-primas críticas, a fim de desenvolver uma abordagem eficaz e coordenada para a constituição de reservas de MPC na UE. O projeto-piloto estará operacional no início de 2026, com base nas capacidades dos Estados-Membros e da Comissão e prestando especial atenção às matérias-primas secundárias. Abordará as dimensões logísticas da constituição de reservas, tais como as condições subjacentes à aquisição, ao armazenamento e à libertação de MPC. O projeto-piloto analisará igualmente o tipo de constituição de reservas que melhor apoia a indústria europeia à luz dos instrumentos de financiamento disponíveis para essas operações e a fim de assegurar a coerência com os esforços da indústria. O Centro integrará posteriormente

⁽²⁸⁾ [Diretiva 2014/23/UE](#) relativa às concessões, [Diretiva 2014/24/UE](#) relativa aos contratos públicos e [Diretiva 2014/25/UE](#) relativa aos serviços públicos.

⁽²⁹⁾ Diretiva 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de determinados contratos de empreitada, contratos de fornecimento e contratos de serviços por autoridades ou entidades adjudicantes nos domínios da defesa e da segurança, e que altera as Diretivas 2004/17/CE e 2004/18/CE.

⁽³⁰⁾ COM(2025) 528 final.

as atividades deste projeto-piloto aquando da realização de operações de constituição de reservas.

Ações para aumentar a solicitação na Europa de projetos europeus e criar um mercado duradouro
Até ao primeiro trimestre de 2026, a Comissão lançará o primeiro ciclo de emparelhamento no âmbito da Plataforma da UE para a Energia e as Matérias-Primas, centrando-se nas cadeias de valor dos ímanes permanentes de terras raras, das baterias e das matérias-primas de defesa.
No âmbito do plano RESourceEU, a Comissão propõe alterar o RMPC para estimular os esforços de diversificação da cadeia de aprovisionamento dos grandes operadores do mercado, a fim de evitar a dependência de fontes de aprovisionamento únicas.
A Comissão está a explorar incentivos à diversificação no contexto da revisão da diretiva relativa aos contratos públicos no setor da defesa e na conceção dos projetos emblemáticos no domínio da Prontidão da Defesa 2030.
Até ao primeiro trimestre de 2026, a Comissão e os Estados-Membros lançarão um primeiro projeto-piloto sobre a constituição de reservas de MPC.

5. PROTEGER O MERCADO ÚNICO E A RESILIÊNCIA DA CADEIA DE VALOR DAS MPC DA UE

5.1. Reforçar a monitorização das cadeias de abastecimento e coordenar as respostas às perturbações do aprovisionamento

Em tempos de crise, a primeira responsabilidade da UE é proteger o mercado único, e a Comissão está a assegurar que os Estados-Membros trabalhem em conjunto e não uns contra os outros. Este é o principal objetivo do **Regulamento relativo a Emergências e à Resiliência do Mercado Interno (ERMI)** ⁽³¹⁾. A partir da entrada em vigor deste ato legislativo, em maio de 2026, e com base nas informações recolhidas aquando da aplicação do RMPC, a Comissão utilizará o conjunto de instrumentos do ERMI para responder aos desafios ao longo da cadeia de valor da UE. Em caso de ativação dos modos de vigilância ou de emergência do mercado interno no âmbito do ERMI, a Comissão poderá dar resposta aos pedidos de informações sobre as capacidades de produção e as reservas, as perturbações ou situações de escassez nas cadeias de aprovisionamento, mas também realizar aquisições conjuntas, ordenar pedidos classificados como prioritários e coordenar a distribuição das reservas.

Antes da sua entrada em vigor, a Comissão já reuniu os Estados-Membros para fazer o balanço das perturbações do aprovisionamento e coordenar as reações. Tal foi possível graças à monitorização das cadeias de aprovisionamento realizada ao abrigo do Regulamento Matérias-Primas Críticas. Os Estados-Membros e a Comissão começaram a testar a resistência das cadeias de aprovisionamento estratégicas e os próximos exercícios conjuntos centrar-se-ão nas cadeias de valor dos elementos de terras raras e nas matérias-primas críticas relacionadas com a defesa. Os Estados-Membros são igualmente obrigados a monitorizar os principais operadores de mercado ao longo da cadeia de valor das MPC e

⁽³¹⁾ Regulamento (UE) 2024/2747 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de outubro de 2024, que estabelece um regime relativo a emergências no mercado interno e à resiliência do mercado interno e que altera o Regulamento (CE) n.º 2679/98 do Conselho (Regulamento relativo a Emergências e à Resiliência do Mercado Interno).

a notificar a Comissão se a ocorrência de acontecimentos importantes for suscetível de prejudicar as suas operações regulares. É importante trabalhar com parceiros de confiança para avaliar as perturbações do aprovisionamento e reforçar a preparação.

5.2. Proteger a UE de interferências hostis

A Comissão está a trabalhar no sentido de utilizar as informações recolhidas sobre práticas de mercado potencialmente prejudiciais. Embora os investidores estrangeiros possam contribuir para os projetos de MPC na UE, a UE deve assegurar que esse investimento traga um verdadeiro valor acrescentado ao mercado único e esteja em consonância com os nossos objetivos de segurança económica. Dada a natureza estratégica da cadeia de valor das MPC, a Comissão integrará os projetos estratégicos do Regulamento Matérias-Primas Críticas como «projetos ou programas de interesse da União» ao abrigo do Regulamento Investimento Direto Estrangeiro, proporcionando assim um maior controlo do investimento estrangeiro na cadeia de valor das MPC da UE por razões de segurança.

O programa de trabalho do Horizonte Europa para 2026-2027 restringirá a participação de entidades chinesas e de entidades estabelecidas na UE controladas pela China em todas as ações de investigação e inovação no domínio das MPC. A Comissão trabalhará no sentido de reproduzir esta abordagem nos demais instrumentos de financiamento na UE e incentiva os Estados-Membros a tomar medidas semelhantes no âmbito do seu apoio financeiro nacional às MPC.

Com base nos seus esforços coletivos para proteger as cadeias de aprovisionamento contra práticas de mercado desleais, **a Comissão, os países do G7, a Austrália e a Ucrânia aprovaram o Roteiro do G7 para Promover a Criação de Mercados dos Minerais Críticos assentes em Normas** ⁽³²⁾. A aplicação do roteiro impulsionará a rastreabilidade e a transparência da cadeia de aprovisionamento, estabelecendo simultaneamente critérios ambientais, sociais e de governação para criar mercados de gama alta fiáveis e seguros para os minerais críticos. Será, assim, possível tirar partido da procura de mercados de gama alta a nível internacional e tornar a produção responsável o parâmetro de referência mundial. A Comissão assegurará que a diversificação e a resiliência da cadeia de aprovisionamento continuem a ser componentes essenciais dos mercados assentes em normas.

A fim de proteger os investimentos da UE e dos Estados-Membros em projetos de MPC, será essencial assegurar que a sua viabilidade não possa ser perturbada por práticas e políticas predatórias de manipulação do mercado e por práticas contrárias à economia de mercado por parte dos fornecedores históricos. Em estreita coordenação com o G7 e outros parceiros, e em consonância com a Comunicação relativa à segurança económica, **a Comissão tenciona desenvolver e aplicar uma abordagem política sólida, incluindo instrumentos comerciais, que garanta que a UE possa agir de forma rápida e decisiva em caso de práticas contrárias à economia de mercado por parte de países terceiros, como a manipulação de preços, nas cadeias de valor das MPC** ⁽³³⁾. Ao fazê-lo, a Comissão tirará partido dos principais pontos fortes da UE, como o acesso ao seu mercado único, a fim de assegurar o acesso a curto prazo às MPC em caso de perturbações da cadeia de aprovisionamento por parte de países terceiros.

⁽³²⁾ <https://g7.canada.ca/en/news-and-media/news/roadmap-to-promote-standards-based-markets-for-critical-minerals>.

⁽³³⁾ Inserir referência.

Ações para proteger o mercado único e a resiliência da cadeia de valor das MPC

A partir do segundo trimestre de 2026 e sempre que necessário, a Comissão mobilizará o conjunto de instrumentos do ERMI para proteger o mercado interno contra perturbações do aprovisionamento na cadeia de valor das MPC.

Até ao segundo trimestre de 2026, a Comissão integrará os projetos estratégicos do RMPC no Regulamento Investimento Direto Estrangeiro, a fim de aumentar o controlo do investimento estrangeiro em setores estratégicos.

Paralelamente, a Comissão e os parceiros do G7 desenvolverão mercados de MPC assentes em normas, com base em critérios ambientais, sociais, de governação, de diversificação do aprovisionamento e de resiliência.

Até ao segundo trimestre de 2026, a Comissão desenvolverá uma abordagem política sólida, incluindo instrumentos comerciais, a fim de reagir a práticas contrárias à economia de mercado, como as distorções de preços, na cadeia de valor das MPC.

6. PARCERIAS COM PAÍSES TERCEIROS TENDO EM VISTA A DIVERSIFICAÇÃO

6.1. Reforçar e alargar o empenhamento da UE

A fim de diversificar o aprovisionamento de MPC da UE, a Comissão prossegue, em nome da UE e em cooperação com os Estados-Membros, uma agenda diplomática proativa em matéria de MPC. Para além dos acordos de comércio livre e das parcerias de comércio e investimento limpos, foram assinadas desde 2021 até à data **15 parcerias estratégicas** no domínio das matérias-primas com países ricos em recursos e a UE está a expandir ainda mais a sua **rede de parcerias com parceiros de confiança** ⁽³⁴⁾.

Estas parcerias visam beneficiar tanto a UE como os seus parceiros através da beneficiação local. A criação de valor acrescentado local e de postos de trabalho é essencial, nomeadamente ao permitir que os países terceiros reforcem a sua capacidade para além da extração. De um modo geral, as parcerias procuram integrar a cadeia de valor de ambas as partes, apoiando projetos conjuntos e cooperando em matéria de normas ambientais, sociais e de governação (ASG), de investigação e de inovação.

O último Memorando de Entendimento foi celebrado com a **África do Sul** em 20 de novembro de 2025. A sua execução deve apoiar projetos concretos, como o projeto estratégico Zandkopsdrift para a produção de terras raras e manganês e a fábrica de sulfato de manganês mono-hidratado de alta pureza da Manganese Metal Company. Além disso, a Comissão encetou negociações bilaterais com o **Brasil**, um parceiro estratégico com importantes cadeias de valor de terras raras, nióbio, níquel, grafite, lítio, manganês e alumínio.

A Comissão trabalhará igualmente no sentido de integrar a cadeia de valor das MPC da UE com os parceiros estratégicos, países parceiros em acordos de comércio livre, países do alargamento e países vizinhos. Por exemplo, financiará projetos de MPC através do Quadro de Investimento para a Ucrânia, que podem beneficiar projetos

⁽³⁴⁾ África do Sul, Argentina, Austrália, Canadá, Cazaquistão, Chile, Gronelândia, Namíbia, Noruega, República Democrática do Congo, Ruanda, Sérvia, Ucrânia, Usbequistão e Zâmbia.

estratégicos ucranianos e impulsionar a execução da parceria estratégica UE-Ucrânia no domínio das matérias-primas. Se for caso disso, disponibilizará igualmente instrumentos financeiros através do Quadro de Investimento para os Balcãs Ocidentais, a fim de facilitar a integração das suas cadeias de valor industriais na UE. Será promovida uma cooperação reforçada com os países da nossa vizinhança, em especial no Norte de África, no acesso aos recursos de rocha fosfática e potássio, bem como no Golfo. O próximo plano de ação do Pacto para o Mediterrâneo incluirá uma série de projetos de investimento que também oferecerão oportunidades mutuamente benéficas aos países parceiros da nossa vizinhança meridional.

6.2. Tirar partido de iniciativas multilaterais para garantir um aprovisionamento diversificado

A nível multilateral, a UE e os parceiros do G20 acolheram favoravelmente um **quadro para os minerais críticos**, ou seja, um plano de cooperação para assegurar que os minerais críticos impulsionem o crescimento sustentável e a prosperidade ao longo de toda a cadeia de valor ⁽³⁵⁾. Este quadro contribuirá, nomeadamente, para impulsionar a inventariação dos recursos geológicos, melhorar as normas ambientais, sociais e de governação e aumentar os investimentos na cadeia de valor das MPC.

Para reduzir coletivamente os riscos dos projetos de MPC, a Comissão apoia a Aliança para a Produção de Minerais Críticos durante a presidência canadiana do G7. A lista de projetos apoiados e anunciados durante a reunião ministerial do G7 de outubro de 2025 constitui um primeiro passo no sentido de esforços coordenados para apoiar a cadeia de aprovisionamento mundial de MPC. As próximas iterações devem incluir projetos adicionais localizados num conjunto diversificado de jurisdições. A Aliança para a Produção de Minerais Críticos e o roteiro do G7 para mercados assentes em normas refletem as ações acima descritas, tanto do lado da oferta como do lado da procura da cadeia de valor das matérias-primas críticas.

Ações de parceria com países terceiros para diversificar o aprovisionamento
Os instrumentos diplomáticos e económicos da UE no contexto da Equipa Europa apoiarão igualmente a celebração de contratos entre empresas da UE e de países terceiros.
A Comissão lançará negociações sobre uma parceria com o Brasil no domínio das MPC. A Comissão reforçará a cooperação com a vizinhança meridional, nomeadamente com o próximo plano de ação do Pacto para o Mediterrâneo.
A Comissão mobilizará a Aliança para a Produção de Minerais Críticos do G7 no sentido de reduzir os riscos dos projetos de MPC na UE e nos países parceiros.
A Comissão acompanhará o compromisso comum para com a diversificação, a que dará um forte impulso, a nível do G20, no âmbito do Quadro do G20 para os Minerais Críticos.

⁽³⁵⁾ <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2025/11/22/g20-johannesburg-leaders-declaration/>.

CONCLUSÃO

Embora a União Europeia tenha definido uma agenda clara para garantir o seu aprovisionamento de matérias-primas críticas, o elevado nível de dependência existente só deverá ser reduzido gradualmente e a médio prazo. Dada a dimensão do desafio, só uma ação coletiva e conjunta audaciosa da UE e dos Estados-Membros pode apoiar a indústria europeia num esforço de diversificação em grande escala através da mobilização de uma série de instrumentos, competências e capacidade financeira para o desenvolvimento de uma cadeia de valor estável e eficiente de MPC da UE.

O plano RESourceEU estabelece uma série de ações para reforçar a política de diversificação da UE com um impacto a curto prazo, com vista a aumentar rapidamente a sua resiliência às perturbações das cadeias de aprovisionamento e a sinalizar aos mercados uma nova orientação política a médio prazo. Essas ações serão reforçadas com a criação de um Centro que fará a gestão de instrumentos e mecanismos específicos de apoio aos preços e terá capacidade para promover a diversificação, o desenvolvimento de projetos e a resiliência da cadeia de valor das MPC da UE. O Centro será apoiado pela capacidade financeira proporcionada pelo Fundo Europeu de Competitividade, proposto no âmbito do futuro quadro financeiro plurianual.

A diversificação do aprovisionamento de matérias-primas críticas deve tornar-se uma das principais prioridades políticas da UE nos próximos anos. Para o efeito, a Comissão intensificará os seus esforços, mobilizando todos os instrumentos políticos e financeiros, para alargar a base de fornecedores de MPC da UE, reforçar a extração e a reciclagem internas e reduzir as atuais dependências excessivas de matérias-primas críticas. A Comissão Europeia apela a uma cooperação reforçada no domínio das matérias-primas críticas com o Parlamento Europeu, os Estados-Membros da UE, os parceiros de países terceiros, as partes interessadas do setor e a sociedade civil. A Comissão convida o Conselho Europeu a aprovar o presente plano. O plano RESourceEU só terá êxito se trabalharmos em conjunto.